

I - Introdução

Ao longo dos últimos anos assistiu-se à prossecução de atribuições e competências cada vez mais amplas por parte da administração autárquica, impulsionando os municípios através de instrumentos que a lei colocou à disposição, a utilizar estruturas organizacionais distintas das que outrora operavam. O recurso à criação de serviços municipalizados, empresas municipais ou a constituição de PPP's, surgiram para dar resposta à exigência da qualidade da gestão pública local e a uma cada vez maior exigência por parte dos munícipes.

Neste contexto, o surgimento destes modelos organizacionais, de carácter associativo ou empresarial, em que os Municípios participam ou mesmo controlam, conduziram a uma crescente integração e níveis de dependência entre as diversas entidades, tendo-se tornado evidente para uma adequada análise da situação económica e financeira das entidades que compõem a administração local, a necessidade de elaborar uma informação financeira integrada entre as diversas entidades, numa visão global de grupo autárquico, elementar para a tomada de decisões e definições de estratégias.

A consolidação de contas nos municípios surge, assim, como um passo necessário para melhorar a informação contabilística prestada pela administração local.

Esta ferramenta de gestão tem como objetivo elaborar as demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

Neste enquadramento, o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º73/2013, de 3 de Setembro), prevê a obrigatoriedade de os Municípios, relativamente aos quais se verifique estarem reunidas as condições expressas na lei, elaborarem contas consolidadas, reportadas ao conjunto do grupo municipal, permitindo uma avaliação integrada das atividades desenvolvidas e dos objetivos estabelecidos, com relevo no controlo do défice orçamental.

No Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, designadamente no artigo 75.º estabelece quais as entidades, que verificando-se determinados pressupostos, estarão obrigadas à apresentação de contas consolidadas.

Prestação de Contas Consolidada

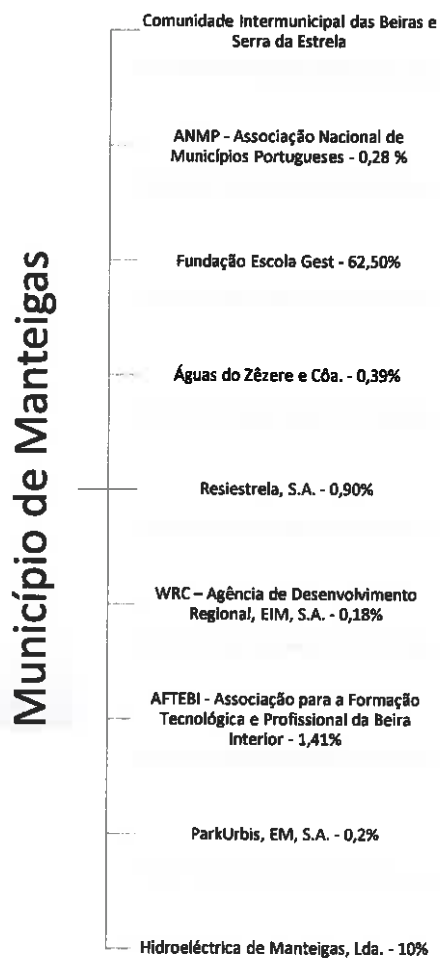
Nos documentos de prestação de contas consolidados devem constar o Balanço e Demonstração de Resultados consolidado, Mapa de fluxos de caixa consolidado e Anexo às demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas devem ser elaboradas e aprovadas, de acordo com o estabelecido no n.º2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, pela Câmara Municipal e submetidas a apreciação da Assembleia Municipal.

Dando assim cumprimento ao estabelecido na lei, e com o intuito de permitir a análise integrada da situação económica e financeira do conjunto de entidades que integram o perímetro de consolidação do Município de Manteigas, são apresentadas as contas consolidadas relativas ao exercício económico de 2014, adotando os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos definidos na Portaria n.º474/2010, de 15 de junho, através da qual foi aprovada a orientação n.º 1/2010.

O Relatório de contas consolidadas que diz respeito ao ano 2014 deverá ser considerado como o ano de arranque, ou seja “ano zero” de consolidação do Município de Manteigas, pelo que não apresenta os comparativos nas demonstrações financeiras.

II – Organigrama do Grupo Municipal



Prestação de Contas Consolidada

III – Perímetro de Consolidação

Uma vez que a **consolidação** de contas resulta da necessidade de apresentação de informação económica e financeira útil e relevante da totalidade do Grupo Autárquico, de forma a assegurar opções de gestão cada vez mais eficazes e o fornecimento de dados imprescindíveis à organização municipal, torna-se necessário identificar qual o conjunto de entidades que se encontram incluídas no âmbito do perímetro de consolidação.

As regras delimitadoras do perímetro de consolidação são as que se encontram estabelecidas nos termos dos n.ºs 4 a 6 do artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro. A Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro define um perímetro de consolidação mais amplo, do que a anterior Lei das Finanças Locais, bastando que se verifique a existência ou presunção de controlo das entidades enquadradas no Grupo Municipal, nos termos do artigo atrás referenciado.

O perímetro de consolidação legalmente obrigatório para o Município de Manteigas é constituído pelas entidades que integram o setor empresarial local - independentemente da percentagem de participação ou detenção do município (n.º6 do artigo 75.º da LFL) – sendo que todas as outras se encontram excluídas por não se verificar as condições de controlo ou presunção de controlo.

Assim, nos termos das regras definidas no dispositivo normativo, **as entidades que integram o perímetro de consolidação, são as seguintes:**



IV – Processo de Consolidação de Contas

1.1 – Princípios Orientadores

De acordo com o disposto na Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro, as entidades que reúnem as condições definidas para apresentação de contas consolidadas, têm de, para além de fazer aprovar as suas contas individuais, apresentar e fazer aprovar as contas consolidadas do conjunto de entidades que constituem o grupo municipal.

As contas consolidadas, são assim elaboradas tendo por base os princípios da relevância, da materialidade, da fiabilidade, da neutralidade, plenitude e comparabilidade.

1.2 – Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação

WRC Web para a Região Centro - Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.

A WRC – Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A. surgiu em 15 de Abril de 2002, com o principal objetivo de intervir e desenvolver ações ligadas à sociedade da informação e à nova economia na Região Centro

A WRC resultou de uma iniciativa da CCDR-C (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro), à qual aderiram como sócios um conjunto de Câmaras Municipais da Região Centro (42), a Universidade de Aveiro, o Instituto Politécnico de Coimbra, a Associação de Informática da Região Centro (AIRC) e ainda um conjunto de empresas de base tecnológica.

A estratégia da WRC assenta em três princípios básicos:

1. Desenvolver e comercializar produtos e serviços que contribuam para a modernização administrativa das autarquias e que facilitem a relação entre municípios e as Câmaras Municipais;
2. Contribuir para incrementar o nível de empreendedorismo e a criação de riqueza na Região;
3. Estimular e participar nas respostas sociais de qualidade para a população sénior

Resta referir que o Município de Manteigas detém 0,18%, ou seja 2.500,00€ do respetivo capital social desta entidade.

Parkurbis - Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, S.A.E.M.

A empresa Parkurbis - Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, S.A.E.M., NIF n.º 505.456.176, é uma Sociedade Anónima constituída em 17/09/2001, com sede no Parque Industrial do Tortosendo, exercendo a atividade de instalação, desenvolvimento, promoção e gestão de um parque de ciência e tecnologia, bem como a prestação dos serviços de apoio necessários à sua atividade.

Encontra-se registada na Conservatória do Registo Comercial de Covilhã, sob a Matricula n.º 505.456.176 e com o Capital Social de 2.500.000,00 euros, que se encontra representado por 500.000 ações de valor nominal de 5 euros cada.

Sendo participada pelo Município da Covilhã em 78,6% está abrangida pelo disposto na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que estabelece o regime jurídico do Sector Empresarial Local e das participações locais.

De referir ainda que o Município de Manteigas detém 0,2%, ou seja 5.000,00€ do respetivo capital social desta entidade.

Anexo ao Balanço Consolidado
e à demonstração de resultados transitados



ANEXO AO BALANÇO CONSOLIDADO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

As demonstrações financeiras consolidadas do Município de Manteigas foram efetuadas segundo as normas previstas na Portaria n° 474/2010 de 01 de Julho a qual aprovou a “*orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do sector público administrativo*”, e das Instruções do SATAPOCAL.

Todos os valores são apresentados em euros.

I - Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

Nota 1 – Entidades incluídas na consolidação

Firma	Sede Social	Atividade Principal	% do Capital detido
Município de Manteigas (MM)	Rua 1° de maio 6260-101 Manteigas	Administração Geral	100,00%
WRC-Agência Desenvolvimento Regional, EIM S.A.	Curia Tecnoparque 3780-544 Tamengos	Promoção de ações geradoras de emprego e que permitam fomentar a coesão e melhorar a qualidade de vida na região centro.	0,18%
Parkurbis – Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, S.A.E.M.	Praça do Município 6200-151 Covilhã	Atividades de consultoria para os negócios e a gestão	0,20%

Consolidação de Contas - 2014

Nota 2 – Entidades excluídas da consolidação

Embora o artigo 75.º do RFALEI apenas se refira às condições em que é obrigatória a consolidação de contas, entendeu-se que o espírito da Lei seria de não incluir entidades em que não se verifique a presunção de controlo. Assim, foram excluídas da consolidação por não existir presunção de controlo as seguintes entidades:

Firma	Sede Social	Atividade Principal	Detenção	% do Capital detido
Águas do Zêzere e Côa, S. A.	Rua Dr. Francisco Pissarra de Matos, n.º 21 - R/C Apart. 3012 - 6300-906 GUARDA	Exploração e Gestão dos Sistema multimunicipal de Abastecimento de água e de saneamento.	MM	0,39 %
RESIESTRELA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A.	Estrada de Pero Viseu Quinta das Areias 6230-000 FUNDÃO	Exploração e gestão do sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Cova da Beira.	MM	9,61 %
Hidroelétrica de Manteigas, Lda.	Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, Nº 75 Lote 5 e 6 1070-061 Lisboa	Produção de eletricidade de origem hídrica	MM	10,00%
Comurbeiras - CIM	Parque Industrial do Tortosendo, Piso 0, Sala 1 6200-865 Covilhã	Atividades de organizações económicas e patronais	MM	-
ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses	Avenida Marnoco e Sousa, 52 3000 Coimbra	Defesa, promoção e dignificação do poder local	MM	0,28%
AFTEBI – Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior	Quinta da Corredoura, Apartado 517 6200-907 Covilhã	Ensino pós secundário não superior	MM	1,41%
Fundação Escola Gest	Centro de Férias da Sicó, Senhora de Fátima 6260-190 Manteigas	Outras atividades educativas, n.e.	MM	62,50%

Nota 3 – Entidades associadas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Firma	Sede Social	Atividade Principal
WRC Web para a Região Centro - Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.	Quinta dos Cabrais - Curia Tecnoparque 3780-544 Tamengos	Promoção de ações geradoras de emprego e que permitam fomentar a coesão e melhorar a qualidade de vida na região centro.
Parkurbis – Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, S.A.E.M.	Praça do Município 6200-151 Covilhã	Atividades de consultoria para os negócios e a gestão

Consolidação de Contas - 2014

Nota 4 – Entidades associadas não contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Firma	Sede Social	Atividade Principal
Águas do Zêzere e Côa, S. A.	Rua Dr. Francisco Pissarra de Matos, n.º 21 - R/C Apart. 3012 - 6300-906 GUARDA	Exploração e Gestão dos Sistema multimunicipal de Abastecimento de água e de saneamento.
RESIESTRELA - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S. A.	Estrada de Pero Viseu Quinta das Areias 6230-000 FUNDÃO	Exploração e gestão do sistema multimunicipal de triagem, recolha seletiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos da Cova da Beira.
Hidroelétrica de Manteigas, Lda.	Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, N.º 75 Lote 5 e 6 1070-061 Lisboa	Produção de eletricidade de origem hídrica
AFTEBI – Associação para a Formação Tecnológica e Profissional da Beira Interior	Quinta da Corredoura, Apartado 517 6200-907 Covilhã	Ensino pós secundário não superior
Fundação Escola Gest	Centro de Férias da Sicó, Senhora de Fátima 6260-190 Manteigas	Outras atividades educativas, n.e.

Nota 5 – Método de consolidação

O método de consolidação adotado na consolidação de contas do Município de Manteigas foi o método da equivalência patrimonial, o qual consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

Nota 6 – Número médio de trabalhadores ao serviço

O número de trabalhadores ao serviço a 31 de Dezembro de 2014 era 64.

II – Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

Nota 7 – Insuficiência das normas de consolidação para uma imagem verdadeira e apropriada

Não aplicável

Consolidação de Contas - 2014

Nota 8 – Afastamento das normas de consolidação para obter uma imagem verdadeira e apropriada

Não aplicável

III - Informações relativas aos procedimentos de consolidação

Nota 9 – Identificação e fundamentação de todos os movimentos extra-contabilísticos efetuados para efeitos de consolidação, nomeadamente no que respeita à eliminação dos investimentos financeiros e das operações recíprocas.

O método de consolidação utilizado nas entidades incluídas no perímetro de consolidação é o método da equivalência patrimonial. Este método consiste na substituição no balanço da entidade consolidante do valor contabilístico das partes de capital por ela detida pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios da entidade participada.

Os mapas auxiliares de consolidação do Balanço e Demonstração de Resultados Consolidados, constam em anexo.

Pela aplicação do método de equivalência patrimonial foram efetuados as correções às demonstrações financeiras do Município de Manteigas em conformidade com o mapa seguinte:

Descrição	Movimento Regularização
411 – Partes de Capital	(3.741,45€)
55 - Ajustamento de partes de capital em empresas	(3.230,71€)
682 - Perdas em entidades participadas	510,74€
88 – Resultado Líquido do Exercício	(510,74€)

Consolidação de Contas - 2014

Nota 10 – Discriminação da rubrica “diferenças de consolidação”, com indicação dos métodos de cálculo adotados e explicitação das variações significativas relativamente ao exercício anterior.

Não existem.

Nota 11 – Justificação dos casos excecionais em que não se tenha adotado o princípio da consistência na consolidação e avaliação dos seus efeitos no património, na posição financeira e nos resultados do conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Não existem.

Nota 12 – Descrição dos acontecimentos importantes relacionados com o património, a posição financeira e os resultados das entidades incluídas no perímetro de consolidação que tenham ocorrido entre a data do balanço dessa entidade e a data do balanço consolidado.

Não existem.

Nota 13 – Informações que se tornem comparáveis os sucessivos conjuntos de demonstrações financeiras no caso de se alterar significativamente, no decurso do exercício, a composição do conjunto das entidades incluídas no perímetro da consolidação.

Não existem.

Nota 14 – Indicação dos montantes dos ajustamentos excecionais de valor dos ativos feitos exclusivamente para fins fiscais e não eliminados da consolidação, juntamente com as razões que o determinaram.

Não existem.

Nota 15 – Indicação dos casos excecionais em que se utilizou a homogeneização valorativa, bem como as razões que justificaram a sua utilização.

Não existem.

Nota 16 – Opção usada pelo conjunto das entidades incluídas no perímetro de consolidação quanto à contabilização das participações em entidades de natureza empresarial.

Não existem.

IV - Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo

Nota 17 – Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazo, desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o seguinte mapa:

Endividamento consolidado de médio e longo prazo

MUNICÍPIO DE MANTEIGAS

Ano **2014**

Unidade: euro

Código/designação das contas a)	Dívidas a terceiros de médio/longo prazos b)			Eliminação de créditos/dívidas recíprocas	Grupo Público Consolidado	
	Município de Manteigas	WIC, EIM, S.A.	Parquebús, EM, SA			Total
1	2	3	4	5=2+3+4	6	7=5-6
221 - Forn. c/c				0,00	0,00	0,00
23-Dív. Instit. Crédito	2.255.151,58			2.255.151,58	0,00	2.255.151,58
2611 - Forn. Imob. c/c				0,00	0,00	0,00
268 - Outros Credores	629.856,36			629.856,36	0,00	629.856,36
Total	2.885.007,94	0,00		2.885.007,94	0,00	2.885.007,94

a) A desagrar de acordo com as rubricas do balanço consolidado relativas às dívidas a terceiros médio e longo prazo

b) A desdobrar de acordo com as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação

Consolidação de Contas - 2014

Nota 18 – Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado e que se vençam nos quatro anos seguintes à data do balanço, desagregado por entidade e por rubrica do balanço consolidado.

Entidade Devedora	Entidade Credora	N.º Empréstimos	Valor Contratado	Data de Vencimento	Capital em dívida 31-12-2014
MM	Caixa Geral de Depósitos	0435000432991	399.200,74	09-01-2025	95.191,38
MM	Caixa Geral de Depósitos	9015002535091	457.745,87	03-10-2021	137.611,87
MM	Caixa Geral de Depósitos	9015002856291	486.680,27	20-06-2022	185.904,69
MM	Caixa Geral de Depósitos	9015003553491	117.694,32	20-04-2015	5.156,33
MM	Caixa Geral de Depósitos	9015003814291	345.000,00	16-10-2023	190.852,15
MM	Caixa Geral de Depósitos	9140013406891	83.436,00		0,00
MM	Caixa Geral de Depósitos	9140013407891	298.129,00		0,00
MM	Caixa Geral de Depósitos	9015004028791	79.899,33	29-11-2019	33.696,66
MM	Caixa Geral de Depósitos	9015004322791	404.794,21	09-05-2020	185.569,60
MM	Caixa Geral de Depósitos	9015004564591	180.123,00	17-10-2015	23.883,95
MM	Caixa Geral de Depósitos	9015004936591	530.362,00	18-11-2018	279.018,47
MM	Caixa Geral de Depósitos	9015005896591	583.722,00	17-11-2018	449.424,42
MM	Caixa Geral de Depósitos	9015005896256	112.061,09	27-10-2018	87.677,49
MM	Caixa Geral de Depósitos	9015005896258	312.464,51	27-10-2018	244.474,55
MM	Banco Santander Totta, SA	301406460096	419.117,00	17-11-2020	214.704,79
MM	Banco BPI, S.A.	3757627-830-001	143.692,00	14-05-2022	84.689,00
MM	Caixa de Crédito Agrícola Mutuo da Serra da Estrela, CRL	56048805002	396.875,00	30-03-2030	344.256,90
	Total		5.350.996,34		2.562.112,25

Consolidação de Contas - 2014

V- Informações sobre saldos financeiros e fluxos financeiros e fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais

Nota 19 – Descrição dos saldos e dos fluxos financeiros, desagregada por tipo

Não houve no exercício de 2014 quaisquer saldos em aberto, nem fluxos financeiros com as entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Nota 20 – Mapa de fluxos de caixa consolidado de operações orçamentais (portaria n.º 474/2010 – Orientação n.º 1/2010, de 1 de Julho de 2010)

O Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais consta em anexo.

VI- Informações relativas a compromissos

Nota 21 – O montante global dos compromissos financeiros que não figure no balanço consolidado, para que seja possível analisar a situação financeira do conjunto das entidades compreendidas na consolidação, incluindo, as entidades que adotem o POCAL, sendo esta informação discriminada, por agrupamento da despesa e dos valores que devem ser refletidos nas contas da classe 0 relativas aos compromissos de exercícios futuros.

Não existem.

Nota 22 – Descrição das responsabilidades das entidades incluídas no perímetro de consolidação por garantias prestadas, desdobrando-as de acordo com a natureza destas e mencionando expressamente as garantias reais, com indicação da norma legal habilitante.

Não existem.

VII- Informações relativas à políticas contabilísticas

Nota 23 – Os critérios de valorimetria aplicados às várias rubricas das demonstrações financeiras consolidadas e métodos utilizados no cálculo dos ajustamentos de valor, designadamente amortizações, ajustamentos e provisões.

Imobilizações:

Foram contabilizados os bens móveis cuja aquisição ocorreu durante o ano 2014. Igualmente foram registados todos os bens imóveis de domínio público ou privado, ainda não transferidos, cuja receção tenha ocorrido até ao final do ano de 2014. Todos os registos foram realizados ao custo de aquisição ou construção.

Investimentos Financeiros:

Estão valorizados pelo método do custo, exceto nas participações da WRC e da Parkurbis, que se encontram pelo método da equivalência patrimonial.

Imobilizações corpóreas:

Foram registadas ao custo de aquisição ou no caso das grandes reparações e beneficiações, pelo seu custo real. Os ativos, do imobilizado obtido a título gratuito, estão registados pelo valor resultantes da avaliação ou o valor patrimonial, definidos nos termos legais ou, caso não exista disposição aplicável, pelo valor resultante da avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza desses bens. No caso de este critério não ser exequível, o imobilizado assume o valor zero até ser alvo de uma grande reparação, assumindo então o valor desta.

Imobilizações em Curso:

Estão registadas ao custo de aquisição ou construção e são transferidas para imobilizado no momento da receção provisória.

Bens de domínio público:

Os bens de domínio público da responsabilidade da autarquia, são classificados como tal, sempre que a autarquia seja responsável pela sua administração e controlo, com exceção dos bens do património histórico artístico e cultural, são valorizados sempre que possível, ao custo de aquisição ou construção, com base nos mesmos critérios definidos para o Imobilizado Corpóreo.

Amortizações As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, com base nas taxas máximas de amortização decorrentes das tabelas da Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

Consolidação de Contas - 2014

Acréscimos e Diferimentos:

Os custos e os proveitos são reconhecidos contabilisticamente à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Dívidas de terceiros e a terceiros:

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

Disponibilidades:

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes em numerário, cheques e vales postais e saldos de todas as contas bancárias.

Nota 24 – Cotações que tenham sido utilizadas para a conversão em euros dos elementos incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Não existem.

VIII- Informações relativas a determinadas rubricas

Nota 25 – Comentário às rubricas de imobilizações incorpóreas, nomeadamente as despesas de instalação” e “despesas de investigação e desenvolvimento”.

A conta 432 – Despesas de Investigação e Desenvolvimento regista valores de aquisição de projetos elaborados e concluídos.

Nota 26 – Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço consolidado e nas respetivas amortizações, ajustamentos e provisões de acordo com os seguintes quadros:

O mapa do Ativo Bruto e Amortizações consolidado encontram-se em anexo.

Consolidação de Contas - 2014

Nota 27 – Indicação dos custos suportados no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações, durante a construção, que tenham sido capitalizados nesse período.

Não existem.

Nota 28 – Montante dos ajustamentos de valor dos ativos compreendidos na consolidação que tenham sido objeto de amortizações e provisões extraordinárias, feitas exclusivamente para fins fiscais, indicando os motivos que os justificaram.

Não existem.

Nota 29 – Indicação global, por categorias de bens, das diferenças materialmente relevantes, entre os custos de ativo circulante, calculados de acordo com os critérios de valorimetria adotados e os respetivos preços de mercado.

Não existem.

Nota 30 – Fundamentação das circunstâncias especiais que justificaram a atribuição a elementos do ativo circulante de um valor inferior ao mais baixo custo de mercado.

Não existem.

Nota 31 – Indicação e justificação das provisões extraordinárias respeitantes a elementos do ativo circulante relativamente aos quais, face a uma análise comercial razoável, se prevejam descidas estáveis provenientes de flutuações de valor.

Não existem.

Nota 32 – Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, cobertas por garantias reais prestadas pelas entidades incluídas no perímetro de consolidação, com indicação da respetiva natureza, forma e norma habilitante à sua concessão.

Não existem.

Consolidação de Contas - 2014

Nota 33 – Diferença, quando levada ao ativo, entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas, quando aplicável.

Não existem.

Nota 34 – Repartição do valor líquido consolidado das vendas e das prestações de serviços, por categorias de atividades.

Não existem.

Nota 35 – Efeitos na determinação do resultado consolidado do exercício resultantes de critérios de valorimetria não previstos no POCAL e de amortizações e provisões extraordinárias efetuados com vista a obter vantagens fiscais, quer tenham sido feitas durante o exercício ou em exercícios anteriores, bem como informações adicionais quando tal valorimetria tiver influência materialmente relevante nos impostos futuros das entidades incluídas no perímetro de consolidação.

Não existem.

Nota 36 – Diferença entre os impostos imputados à demonstração consolidada dos resultados do exercício e dos exercícios anteriores e os impostos já pagos e a pagar relativamente a esses exercícios, desde que essa diferença seja materialmente relevante para a determinação dos impostos futuros.

Não existem.

Nota 37 – Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções nestas, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial.

O mapa dos membros de cada órgão executivo e fiscalização do Município de Manteigas, encontra-se em anexo.

Consolidação de Contas - 2014

Nota 38 – Indicação dos diplomas legais onde se baseou a reavaliação de bens de domínio público, imobilizações corpóreas ou de investimentos financeiros, bem como, explicitação dos processos de tratamento da inflação adotados para o cálculo, no caso de utilização de outros métodos de reavaliação.

Não existem.

Nota 39 – Elaboração do quadro discriminativo das reavaliações.

Não existiu reavaliação dos bens do imobilizado.

Nota 40 – Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração de resultados consolidados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Conforme referido na nota explicativa do SATAPOCAL publicada em maio de 2015, pelo facto do exercício de 2014 ser considerado como o “ ano zero “ da consolidação de contas no Município de Manteigas não é exigível a apresentação, para efeitos de comparação, de informação financeira consolidada reportada ao início do exercício.

Nota 41 – Demonstração consolidada dos resultados financeiros e dos resultados extraordinários:

Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Ver anexo

Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Ver anexo

Consolidação de Contas - 2014

Nota 42 – Desdobramento das contas de provisões/ajustamentos acumulados e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício, de acordo com o quadro seguinte:

As provisões acumuladas correspondem a 880.497,12 € de provisões para cobrança duvidosa e 207.202,70 € em provisões para riscos e encargos.

As provisões para cobrança duvidosa subdividem-se em:

- Clientes da faturação de água, no total 3.642,37€, tendo-se registado uma redução em 2014 de 4.423,77€;
- Dívida da empresa Águas do Zêzere e Côa, S.A, no valor de 739.799,29€ sendo que 104.768,44€ resultam de um reforço de provisão;
- Dívida da empresa Da Nascente, no valor de 137.055,46€ sendo que 15.647,82€ resultam de um reforço de provisão;

Quanto às provisões para riscos e encargos regista-se a existência do seguinte valor:

- Processo judicial da Embeiral – Engenharia e Construção, SA no valor de 207.202,70€.

Ver anexo

Nota 43 – Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos.

Não existem.

Consolidação de Contas - 2014

Nota 44 – Factos relevantes ocorridos após o Fecho de Contas

A Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM), tendo, ainda, regulamentado o Fundo de Apoio Municipal (FAM).

O Fundo de Apoio Municipal (FAM) iniciou funções em novembro de 2014, com a finalidade de contribuir para a prevenção e a recuperação de situações de rutura financeira municipal, através de mecanismos de reequilíbrio orçamental, reestruturação da dívida e assistência financeira.

Neste sentido e de acordo com o n.º 1 do artigo 19.º da Lei n.º 53/2014, que define a forma de realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal, por parte de cada município e do Estado, esta ocorrerá no prazo máximo de sete anos, em duas prestações anuais, a realizar nos meses de junho e dezembro, com início em 2015. Para os municípios, as unidades de participação constituem um ativo e investimento financeiro.

Ao nível da contabilidade patrimonial, e na sequência da comunicação, entretanto efetuada pela DGAL, o reconhecimento contabilístico deveria ter ocorrido ainda em 2014. Esse facto revelou-se impossível, pois a nota explicativa da DGAL, com procedimentos a adotar, foi emitida após o encerramento de contas do Município de Torres Novas.

Não obstante, e nos termos do disposto do n.º4 do art.º 17º, o valor da contribuição para o FAM do Município de Manteigas é de 290.358,87 €, a ser realizado em sete anos, com início em 2015, prevendo-se uma despesa com ativos financeiros de 41.480,00 €, para o corrente ano. Tal reconhecimento foi considerado nas operações / ajustamentos decorrentes da prestação de contas consolidadas.

Consolidação de Contas - 2014

Nota 45 – Valor global da dívida bruta consolidada.

Endividamento consolidado de médio e longo prazo

MUNICÍPIO DE MANTEIGAS

Ano **2014**

Unidade: euro

Código/designação das contas	Dívida Bruta Consolidada (a)				Eliminação de créditos/dividas recíprocas	Grupo Público Consolidado
	Município de Manteigas	WRG - IIM C.A.	Parazibél, EM. SA	Total		
1	2	3	4	5=2+3+4	6	7=5-6
Passivo Exigível Global	6.488.780,65	0,00	0,00	6.488.780,65	-290.358,87	6.779.139,52
Operações de Tesouraria	-494.551,12	0,00	0,00	-494.551,12	0,00	-494.551,12
Fundo de Apoio Municipal	-290.358,87	0,00	0,00	-290.358,87	0,00	-290.358,87
Total	5.703.870,66	0,00	0,00	5.703.870,66	-290.358,87	5.994.219,53

a) De acordo com o balanço consolidado

Manteigas, 4 de junho de 2015

O Presidente da Câmara Municipal de Manteigas

FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

MUNICÍPIO DE MANTEIGAS

Ano: 2014

RECEBIMENTOS		
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR		1.009.341,02
Execução Orçamental	165.259,03	
Operações de Tesouraria	844.081,99	
RECEITAS ORÇAMENTAIS		5.517.457,41
Correntes		4.469.130,64
Capital		790.628,03
Outras		257.698,74
OPERAÇÕES DE TESOURARIA		354.869,77
TOTAL		6.881.668,20

PAGAMENTOS		
DESPESAS ORÇAMENTAIS		5.118.927,47
Correntes		3.457.309,92
Capital		1.661.617,55
OPERAÇÕES DE TESOURARIA		704.400,64
SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE		1.058.340,09
Execução Orçamental	563.788,97	
Operações de Tesouraria	494.551,12	
TOTAL		6.881.668,20

Município de Manteigas

Ano: 2014

Ativo Bruto (Imobilizado Bruto) Consolidado

Unidade: Euros

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação /ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+Transf.	Saldo Final
451 Terrenos e Recursos Naturais	224.763,83	0,00	0,00	0,00	7.400,00	232.163,83
452 Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
453 Outras Construções e Infra-estruturas	30.746.636,07	0,00	51.448,67	0,00	490.895,92	31.288.980,66
455 Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
459 Outros Bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
445 Imobilizações em curso	846.839,47	0,00	314.628,21	0,00	-471.951,46	689.516,22
446 Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	31.818.239,37	0,00	366.076,88	0,00	26.344,46	32.210.660,71
431 Despesas de Instalação	165.880,72	0,00	0,00	0,00	0,00	165.880,72
432 Despesas de investigação e desenvolvimento	380.275,47	0,00	0,00	0,00	183.577,50	563.852,97
433 Propriedade Industrial e outros direitos	1.377,60	0,00	0,00	0,00	0,00	1.377,60
443 Imobilizações em curso	301.902,49	0,00	0,00	0,00	-183.577,50	118.324,99
449 Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	849.436,28	0,00	0,00	0,00	0,00	849.436,28
421 Terrenos e Recursos Naturais	6.371.529,12	0,00	0,00	0,00	-7.400,00	6.364.129,12
422 Edifícios e outras construções	20.351.702,66	0,00	13.182,35	0,00	-4.020,41	20.360.864,60
423 Equipamento básico	140.256,86	0,00	2.348,76	0,00	37.484,85	180.090,47
424 Equipamento de transporte	697.570,11	0,00	27.916,01	0,00	0,00	725.486,12
425 Ferramentas e utensílios	73.246,76	0,00	1.023,51	0,00	0,00	74.270,27
426 Equipamento administrativo	1.184.798,65	0,00	32.259,18	0,00	348.025,30	1.565.083,13
427 Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429 Outras imobilizações corpóreas	417.421,56	0,00	17.475,63	0,00	6.800,22	441.697,41
442 Imobilizações em curso	373.409,49	10.762,50	70.210,05	0,00	-409.621,36	44.760,68
448 Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	29.609.935,21	10.762,50	164.415,49	0,00	-28.731,40	29.756.381,80
411 Partes de capital	230.370,85	-4.014,46	273,01	0,00	0,00	226.629,40
412 Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	290.358,87	0,00	0,00	290.358,87
4141 Invest. em Imóveis - Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4142 Invest. em Imóveis - Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4151 Outras aplic. financeiras - Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4152 Outras aplic. financeiras - Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4153 Outras aplic. financeiras - Outros títulos	109,74	0,00	0,00	0,00	0,00	109,74
441 Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447 Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	230.480,59	-4.014,46	290.631,88	0,00	0,00	517.098,01

Município de Manteigas

Ano: 2014

Amortizações e Provisões Consolidado

Unidade: Euros

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	485				
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infraestruturas	4853	11.640.600,89	1.321.144,69	-5.448,10	12.967.193,68
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	4859	0,00	0,00	0,00	0,00
		11.640.600,89	1.321.144,69	-5.448,10	12.967.193,68
De Imobilizações incorpóreas	483				
Despesas de instalação	4831	55.288,04	55.288,08	0,00	110.576,12
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	380.275,47	5.098,87	0,00	385.374,34
Propriedade industrial e outros direitos	4833	0,00	0,00	0,00	0,00
		435.563,51	60.386,95	0,00	495.950,46
De Imobilizações Corpóreas	482				
Terrenos e recursos naturais	4821	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	4822				
Edifícios	48221	2.907.953,60	305.385,90	6.504,87	3.206.834,63
Outras construções	48222	1.896.917,38	196.350,12	-6.273,96	2.099.541,46
Equipamento básico	4823	97.608,16	10.504,02	0,00	108.112,18
Equipamento de transporte	4824	535.703,18	37.373,17	0,00	573.076,35
Ferramentas e utensílios	4825	57.755,57	4.866,68	0,00	62.622,25
Equipamento administrativo	4826	1.084.866,78	40.424,40	-278,63	1.125.569,81
Taras e vasilhame	4827	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	382.783,89	7.198,23	0,00	389.982,12
		6.963.588,56	602.102,52	-47,72	7.565.738,80
De Investimentos em imóveis	481				
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4812				
Edifícios	48121	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções	48122	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
De Investimentos Financeiros	49				
Partes de capital	491	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:	495				
Depósitos em instituições financeiras	4951	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00

RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS CONSOLIDADO

Gerência: 01 de Janeiro de 2014 a 31 de Dezembro de 2014

Nome	Situação na entidade	Remuneração ilíquida	Período de responsabilidade	Morada
José Manuel Custódia Biscaia	Presidente	€50.043,41	01-01-2014 a 31-12-2014	E.N. 232 – 6260-311 Sameiro
José Manuel Saraiva Cardoso	Vereador a tempo inteiro	€41.780,20	01-01-2014 a 31-12-2014	Souto Grande – 6260-059 Manteigas
Paulo Jorge Ribeiro Estrela	Vereador a tempo inteiro	€36.523,10	01-01-2014 a 31-12-2014	Loteamento de Pandil, L12 – 6260-130 Manteigas
Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho	Vereador	-----	01-01-2014 a 31-12-2014	Rua Xanana Gusmão,n.º16 – 6300-779 Guarda
António José Ascensão Fraga	Vereador	-----	01-01-2014 a 31-12-2014	Ribeiro dos Bacelos – 6260-060 Manteigas

O dirigente responsável pela área administrativa e / ou financeira

Assinatura

BALANÇO CONSOLIDADO

Codigo das Contas POCA	ACTIVO	2014			2013
		AB	AP	AL	AL
	Imobilizado				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	232.163,83		232.163,83	
452	Edifícios			0,00	
453	Outras construções e infra-estruturas	31.288.980,66	12.967.193,68	18.321.786,98	
455	Bens do património histórico, artístico e cultural			0,00	
459	Outros bens de domínio público			0,00	
445	Imobilizações em curso	689.516,22		689.516,22	
446	Adiantamento por conta de bens de domínio público			0,00	
		32.210.660,71	12.967.193,68	19.243.467,03	0,00
	Imobilizações Incorpóreas				
431	Despesas de instalação	165.880,72	110.576,12	55.304,60	
432	Despesas de investigação e desenvolvimento	563.852,97	385.374,34	178.478,63	
433	Propriedade industrial e outros direitos	1.377,60		1.377,60	
	Diferenças de Consolidação	118.324,99		118.324,99	
443	Imobilizações em curso			0,00	
449	Adiantamento por conta de imobilizações incorpórea			0,00	
		849.436,28	495.950,46	353.485,82	0,00
	Imobilizações Corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	6.364.129,12		6.364.129,12	
422	Edifícios e outras construções	20.360.864,60	5.306.376,09	15.054.488,51	
423	Equipamento básico	180.090,47	108.112,18	71.978,29	
424	Equipamento de transporte	725.486,12	573.076,35	152.409,77	
425	Ferramentas e utensílios	74.270,27	62.622,25	11.648,02	
426	Equipamento administrativo	1.565.083,13	1.125.569,81	439.513,32	
427	Taras e vasilhame			0,00	
429	Outras imobilizações corpóreas	441.697,41	389.982,12	51.715,29	
442	Imobilizações em curso	44.760,68		44.760,68	
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas			0,00	
		29.756.381,80	7.565.738,80	22.190.643,00	0,00
	Investimentos Financeiros				
411	Partes de capital	226.629,40		226.629,40	
412	Obrigações e títulos de participação	290.358,87		290.358,87	
414	Investimentos em imóveis			0,00	
415	Outras aplicações financeiras	109,74		109,74	
441	Imobilizações em curso			0,00	
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros			0,00	
		517.098,01	0,00	517.098,01	0,00
	Circulante				
	Existências				
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	52.320,64		52.320,64	
35	Produtos e trabalhos em curso			0,00	
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			0,00	
33	Produtos acabados e intermédios			0,00	
32	Mercadorias			0,00	
37	Adiantamentos por conta de compras			0,00	
		52.320,64	0,00	52.320,64	0,00
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo (a)				
268	outros credores			0,00	0,00
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
28	Empréstimos concedidos			0,00	
211	Clientes, c/c	125.742,74		125.742,74	
212	Contribuintes, c/c			0,00	
213	Utentes, c/c	215.765,59		215.765,59	
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidos	881.033,04	880.497,12	535,92	
251	Devedores pela execução do orçamento			0,00	

Código das Contas POCAL	ACTIVO	2014			2013
		AB	AP	AL	AL
	Dívidas de terceiros - Curto prazo				
229	Adiantamentos a fornecedores			0,00	
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado			0,00	
24	Estado e outros entes públicos			0,00	
264	Administração autárquica			0,00	
262 + 263 + 267 + 268	Outros devedores			0,00	
			880.497,12	342.044,25	0,00
	Títulos negociáveis				
151	Ações			0,00	
152	Obrigações e títulos de participação			0,00	
153	Títulos de dívida pública			0,00	
159	Outros títulos			0,00	
18	Outras aplicações de tesouraria			0,00	
		0,00	0,00	0,00	0,00
	Depósitos em Instituições financeiras e caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras	1.058.210,63		1.058.210,63	
11	Caixa	129,46		129,46	
		1.058.340,09		1.058.340,09	0,00
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	330.940,37		330.940,37	
272	Custos diferidos	2.028,77		2.028,77	
	Activo por Impostos Diferidos			0,00	
		332.969,14		332.969,14	0,00
	Total de amortizações		21.028.882,94		
	Total de provisões		880.497,12		
	Total do activo	64.777.206,67	21.909.380,06	44.090.367,98	0,00

Código das Contas POCAI	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	2014	2013
	Fundos próprios		
51	Património	30.858.429,50	
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	-3.230,71	
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas		
571	Reservas legais	88.094,91	
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios	86.265,59	
576	Doações		
577	Reservas decorrentes de transferências de activos		
59	Resultado transitados	-3.662.578,75	
88	Resultado líquido do exercício	-563.085,10	
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	26.803.895,44	0,00
	Passivo		
292	Provisões para riscos e encargos	207.202,70	
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo (a)		
221	Fornecedores c/c	0,00	
2312	Dívidas a instituições de crédito	2.255.151,58	
2611	Fornecedores imobilizado c/c	0,00	
268	Outros Credores	629.858,36	
		2.885.009,94	0,00
	Dívidas a terceiros - Curto prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo		
2312	Dívidas a instituições de crédito	306.960,67	
269	Adiantamento por conta de vendas		
221	Fornecedores, c/c	3.231.066,26	
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
252	Credores pela execução do orçamento		
217	Clientes e utentes c/ cauções		
219	Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	140.183,98	
2615	Fornecedores com Contrato de Factoring		
2618	Facturas em recepção e conferência		
24	Estado e outros entes públicos	16.792,70	
264	Administração autárquica	55.678,57	
262 + 263 + 267 + 265 + 268	Outros credores	143.447,40	
		3.894.129,58	0,00
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimo de custos	284.826,48	
274	Proveitos diferidos	10.015.303,84	
	Passivo por Impostos Diferidos		
		10.300.130,32	0,00
	TOTAL DO PASSIVO	17.286.472,54	0,00
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO	44.090.367,98	0,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Código das Contas PGCAL	CUSTOS E PERDAS	2014	2013
61	CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS:		
	Mercadorias	215 897,64	
	Matérias	122 535,21	
			338 432,85
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	1 452 899,31	
	CUSTOS COM O PESSOAL:		
641 + 642	Remunerações	1 034 170,10	
643 a 648	Encargos Sociais	250 943,42	
			2 738 012,83
63	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES CONCEDIDOS E PRESTAÇÕES SOCIAIS	714 726,31	
66	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	1 984 203,49	
67	PROVISÕES DO EXERCÍCIO	67 824,22	
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS (A).....		2 766 754,02
			5 843 199,70
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS (C).....	218 200,40	
			218 200,40
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIOS (E).....	299 656,91	
			299 656,91
			6 361 057,01
	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO		
88	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-563 085,10
			5 797 971,91
	PROVEITAS E GANHOS		
	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS:		
7111	Vendas de Mercadorias	6 381,25	
7112 + 7113	Vendas de Produtos	228 560,22	
712	Prestações de Serviços	167 352,03	
715	Reembolsos e Restituições		
716	Anulações		
			402 293,50
72	IMPOSTOS E TAXAS	410 659,72	
(a)	VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO		
75	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE		
73	PROVEITOS SUPLEMENTARES		
74	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS	3 682 295,26	
76	OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS (B).....	76 947,12	
			4 169 902,10
			4 572 195,60
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS (D).....	385 713,55	
			385 713,55
			4 957 909,15
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS (F).....	840 062,76	
			840 062,76
			5 797 971,91
			5 797 971,91

RESUMO:

Resultados Operacionais (B)-(A):	-1 271 004,10
Resultados Financeiros (D-II)-(C-A):	167 913,15
Resultados Correntes (D)-(E):	-1 103 490,95
Resultado Líquido do Exercício (F)-(E):	-563 085,10

MUNICÍPIO DE MANTEIGAS

Demonstração de Resultados Financeiros Consolidados

Código das Contas	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		Código das Contas	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
		2014	2013			2014	2013
681	Juros suportados	208 311,14		781	Juros obtidos	219,25	
682	Perdas em entidades participadas	510,74		782	Ganhos em entidades participadas	88 353,34	
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00		783	Rendimentos de imóveis	297 140,96	
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00		784	Rendimentos de participações de capital	0,00	
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00		785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00		786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	
688	Outros custos e perdas financeiros	9 378,52		787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	
	Resultados Financeiros	167 513,15		788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	
		385 713,55	0,00			385 713,55	0,00

MUNICÍPIO DE MANTEIGAS

Demonstração de Resultados Extraordinários Consolidados

Código das Contas	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		Código das Contas	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS		Ano: 1905
		2014	2013			2014	2013	
		691	Transferências de capital concedidas			233.540,59		
692	Dívidas incobráveis	0,00		792	Recuperação de dívidas		0,00	
693	Perdas em existências	0,00		793	Ganhos em existências		4.052,35	
694	Perdas em imobilizações	0,00		794	Ganhos em imobilizações		100.000,00	
695	Multas e Penalidades	0,00		795	Benefícios de penalidades contratuais		30.879,64	
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00		796	Reduções de amortizações e de provisões		4.426,53	
697	Correções relativas a exercícios anteriores	66.116,32		797	Correções relativas a exercícios anteriores		56.692,11	
698	Outros custos e perdas extraordinárias	0,00		798	Outros proveitos e ganhos extraordinários		644.012,13	
	Resultados extraordinários	540.405,85					0,00	
		840.062,76	0,00				840.062,76	0,00

Município de Manteigas

Ano: 2014

Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas Consolidado

Unidade: Euros

Contas		Saldo Inicial	Aumento	Reducao	Saldo Final
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	764.504,63	120.419,02	4.426,53	880.497,12
292	Provisões para Riscos e Encargos	259.797,50	0,00	52.594,80	207.202,70
39	Provisões para Depreciação de Existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00